



Pág. 1/2

Assembleia da República

	REQUERIMENTO	Número	/ X (a)	Expeça-se
$\bowtie$	PERGUNTA	Número <u>2794</u> / X ( <u>4</u> .a)		Publique-se
			1910612009	
Senhor Presidente da Assembleia da República				O Secretário da Mesa
Excel	ência:			

Assunto:

Investimentos do Governo na Região Autónoma dos

**Açores** 

Destinatário:

Ministro da Justiça

Está o Governo e mais concretamente o Ministro da Justiça de parabéns por finalmente estarem sendo iniciadas as obras de restauro e adaptação do Palácio Praia e Monforte, em Ponta Delgada, destinado a integrar a pomposamente designada Cidade Judiciária.

Convém, no entanto, esclarecer o conteúdo actual dos propósitos do Governo quanto a tal imóvel, que muito avulta no centro histórico de Ponta Delgada, situando-se mesmo defronte do Palácio da Conceição, sede histórica da Presidência do Governo da Região Autónoma dos Açores, por sinal agora pintado de cor azul-bébé.

Nestes termos, os Deputados do PSD eleitos pela Região Autónoma dos Açores, ao abrigo das disposições aplicáveis da Constituição e do Regimento, formulam ao Governo, através do Ministro da Justiça, as perguntas seguintes:

- a) Vai o Governo aplicar nas obras do Palácio Praia e Monforte as verbas orçamentadas em 2008 (100 mil euros) e em 2009 (1.600 mil euros) para instalação do Tribunal de Família e Menores?
- b) O montante em causa é suficiente para levar o projecto de restauro e adaptação do imóvel e jardim envolvente até ao fim?
- c) Quando prevê o Governo que tal projecto estará terminado?





## Assembleia da República

- d) O Tribunal de Família e Menores ocupará toda a área do imóvel ou nele poderão ser acolhidos serviços que tiveram de ser dispersos para outras zonas, saindo do Palácio da Justiça?
- e) Por que razão demorou tanto o arranque deste projecto, sendo certo que o imóvel tinha já há anos sido desocupado pelos Serviços de Saúde, instalados desde então em edifício próximo tomado de arrendamento a uma entidade privada?
- f) Dialogou o Governo com as autoridades regionais, tendo em vista evitar tal transferência antecipada, o que teria poupado muito dinheiro aos cofres públicos?
- g) Sendo certo que a pintura do Palácio da Conceição de azul e branco foi interpretada por alguns autonomistas mais radicais como um acto de afirmação autonómica, tenciona o Governo adoptar na Cidade Judiciária as mesmas cores ou optará antes, por se tratar de serviços de soberania, pelo verde e vermelho?

Lisboa e Sala das Sessões, 19 de Julho de 2009

Os Deputados do PSD/Açores,

João Bosco Mota Amaral

Joaquim Ponte